

Alerta Legislação nº 30, de 20 a 25 jul. 2020

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Visite nosso endereço na Internet e conheça
outros produtos da Biblioteca:

<http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br>

DESTAQUES

Governo do Estado de São Paulo

DECRETO Nº 65.088, DE 24 DE JULHO DE 2020

Estende a medida de quarentena de que trata o [Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020](#)

(...)

Artigo 1º - Observados os termos e condições estabelecidos no [Decreto nº 64.994, de 28 de maio de 2020](#), fica estendida, até 10 de agosto de 2020, a vigência:

I – da medida de quarentena instituída pelo Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020;

II – da suspensão de atividades não essenciais no âmbito da Administração Pública estadual, nos termos do [Decreto nº 64.879, de 20 de março de 2020](#).

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor em 31 de julho de 2020.

(...)

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Atos do Poder Executivo - D.O.U.

SUPERIOR

22/07/2020

DECRETO Nº 10.434, DE 21 DE JULHO DE 2020

Altera o [Decreto nº 7.082, de 27 de janeiro de 2010](#), e o [Decreto nº 8.587, de 11 de dezembro de 2015](#), para dispor sobre a execução do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais - REHUF.

DECRETO Nº 10.433, DE 21 DE JULHO DE 2020

Institui o Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação da Presidência da República.

21/07/2020

DECRETO Nº 10.432, DE 20 DE JULHO DE 2020

Dispõe sobre a inclusão e a exclusão de participações societárias minoritárias no Programa Nacional de Desestatização e estabelece diretrizes para o depósito de seus valores mobiliários no Fundo Nacional de Desestatização.

	<u>DECRETO Nº 10.431, DE 20 DE JULHO DE 2020</u> Institui a Comissão Executiva Nacional do Plano Setorial para Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura. <u>DECRETO Nº 10.430, DE 20 DE JULHO DE 2020</u> Dispõe sobre o Comitê Interministerial de Saneamento Básico.
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Atos do Congresso Nacional (CN)	<u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 88, DE 2020</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 974, de 28 de maio de 2020, publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Ministério da Saúde", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, em 23 de julho de 2020 Senador DAVI ALCOLUMBRE Presidente da Mesa do Congresso Nacional <u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 87, DE 2020</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 973, de 27 de maio de 2020, publicada no Diário Oficial da União no dia 28, do mesmo mês e ano, que "Altera a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, em 23 de julho de 2020 Senador DAVI ALCOLUMBRE Presidente da Mesa do Congresso Nacional <u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 86, DE 2020</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 972, de 26 de maio de 2020, publicada no Diário Oficial da União no dia 27, do mesmo mês e ano, que "Abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$ 15.900.000.000,00, para o fim que especifica e dá outras providências", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, em 23 de julho de 2020

	Senador DAVI ALCOLUMBRE Presidente da Mesa do Congresso Nacional <u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 85, DE 2020</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 971, de 26 de maio de 2020, publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Aumenta a remuneração da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Civil do Distrito Federal e da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar dos Extintos Territórios Federais e altera as regras de cessão da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Civil do Distrito Federal", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, em 23 de julho de 2020 Senador DAVI ALCOLUMBRE Presidente da Mesa do Congresso Nacional <u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 84, DE 2020</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 970, de 25 de maio de 2020, publicada no Diário Oficial da União no dia 26, do mesmo mês e ano, que "Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Saúde e da Cidadania, no valor de R\$ 29.058.260.654,00, para os fins que especifica e dá outras providências", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, em 23 de julho de 2020 Senador DAVI ALCOLUMBRE Presidente da Mesa do Congresso Nacional
Atos do Poder Legislativo	<u>LEI Nº 14.027, DE 20 DE JULHO DE 2020</u> Altera a Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971, para estabelecer regras acerca da distribuição gratuita de prêmios mediante sorteio, vale-brinde, concurso ou operação assemelhada, realizada por concessionárias ou permissionárias de serviço de radiodifusão ou por organizações da sociedade civil. Mensagem de veto
Presidência da República (PR)	SECRETARIA DE GOVERNO <u>PORTARIA Nº 57, DE 20 DE JULHO DE 2020</u> Dispõe sobre as competências e o detalhamento dos procedimentos para os trabalhos de revisão e consolidação dos atos normativos hierarquicamente inferiores a Decreto no âmbito da Secretaria de Governo da Presidência da República. CONSELHO DO PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS <u>RESOLUÇÃO Nº 135, DE 10 DE JUNHO DE 2020</u>

	Estabelece procedimentos relativos aos editais para contratação de parcerias público-privadas federais e sobre a aprovação da modalidade operacional e das condições mínimas aplicáveis aos serviços públicos incluídos no Programa Nacional de Desestatização - P N D.
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA Nº 241, DE 21 DE JULHO DE 2020</u> Institui, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Fórum Técnico de Bem-Estar Animal - FTBA/MAPA.
Ministério da Cidadania	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 444, DE 22 DE JULHO DE 2020</u> Amplia o prazo para saque dos benefícios financeiros do Programa Bolsa Família, criado pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. <u>PORTARIA Nº 443, DE 17 DE JULHO DE 2020</u> Prorroga a suspensão de procedimentos operacionais e de gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, em decorrência da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, assim como determina a retomada das atividades que indica.
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 141, DE 22 DE JULHO DE 2020</u> Dispõe sobre o serviço de retransmissão de televisão, ancilar ao serviço de radiodifusão de sons e imagens.
Ministério do Desenvolvimento Regional	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 7, DE 20 DE JULHO DE 2020</u> Dispõe sobre as diretrizes para as atividades de avaliação dos impactos econômicos e sociais decorrentes da aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento e do conjunto mínimo de informações que devem constar do relatório circunstanciado dos bancos administradores desses Fundos, de que tratam os §§ 6º e 7º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989 <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 6, DE 20 DE JULHO DE 2020</u> Altera a Portaria Interministerial n. 97, de 30 de março de 2016, que dispõe sobre o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), para os fins que especifica. SECRETARIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO <u>PORTARIA Nº 1.887, DE 17 DE JULHO DE 2020</u> Autoriza a dedução do percentual de 4,5% (quatro e meio por cento) do valor total do repasse do concedente nos convênios

	celebrados no exercício de 2020, por intermédio da Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano - SMDRU, com recursos provenientes de programações incluídas ou acrescidas por emendas parlamentares nas ações orçamentárias "10T2 - Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas", "1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano", e "7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado", para custeio das despesas administrativas do concedente para operacionalização da execução dos projetos e atividades e de fiscalização dos respectivos convênios.
Ministério da Economia	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>RESOLUÇÃO Nº 139, DE 10 DE JUNHO DE 2020</u> Aprova o relatório do Comitê Interministerial acerca do modelo jurídico e operacional para viabilização da Usina Termonuclear Angra 3. BANCO CENTRAL DO BRASIL <u>RESOLUÇÃO Nº 4.837, DE 21 DE JULHO DE 2020</u> Altera a Resolução nº 4.676, de 31 de julho de 2018, que dispõe sobre as condições gerais e os critérios para contratação de financiamento imobiliário pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e disciplina o direcionamento dos recursos captados em depósitos de poupança. CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR → Comitê-executivo de Gestão <u>RESOLUÇÃO Nº 69, DE 16 DE JULHO DE 2020</u> Altera para zero por cento as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Capital que menciona, na condição de Ex-tarifários. SECRETARIA ESPECIAL DE FAZENDA <u>PORTARIA Nº 17.404, DE 21 DE JULHO DE 2020</u> Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; da Educação; da Infraestrutura; da Defesa e do Desenvolvimento Regional, crédito suplementar no valor de R\$ 476.648.661,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR <u>RESOLUÇÃO Nº 1.339, DE 17 DE JULHO DE 2020</u> (...) Art. 1º Recomendar que o INSS fixe o limite máximo a ser concedido para operações com cartão de crédito em 1,60 (um inteiro e sessenta centésimos) vez o valor da renda mensal do benefício previdenciário. (...) CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR <u>RESOLUÇÃO Nº 868, DE 16 DE JULHO 2020</u> Altera o Anexo da Resolução CODEFAT nº 596, de 27 de maio de 2009, que aprova o Regimento Interno do Conselho Deliberativo

	do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT. <u>RESOLUÇÃO Nº 867, DE 16 DE JULHO DE 2020</u> Altera a Resolução CODEFAT nº 831, de 21 de maio de 2019, que estabelece critérios e diretrizes para instituição, credenciamento e funcionamento dos Conselhos do Trabalho, Emprego e Renda - CTER, nos Estados, Distrito Federal e Municípios, no âmbito do Sistema Nacional de Emprego - SINE, nos termos da Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018. <u>RESOLUÇÃO Nº 866, DE 16 DE JULHO DE 2020</u> Dispõe sobre a oferta do bloco de ações e serviços "Qualificação Social e Profissional" no âmbito do Sistema Nacional de Emprego - SINE e estabelece os critérios para as respectivas transferências automáticas aos Fundos do Trabalho dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, nos termos do artigo 12 da Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018. <u>RESOLUÇÃO Nº 865, DE 16 DE JULHO DE 2020</u> Altera a Resolução CODEFAT nº 825, de 26 de março de 2019, que regulamenta procedimentos e critérios para a transferência automática de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT aos respectivos fundos do trabalho dos Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do artigo 12 da Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018, e dá outras providências.
Ministério do Meio Ambiente	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 326, DE 23 DE JULHO DE 2020</u> Institui o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública - Programa A3P e estabelece suas diretrizes.
Ministério da Saúde	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 1.787, DE 17 DE JULHO DE 2020</u> Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 de estabelecimentos de saúde e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Municípios.
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
25/07/2020	<u>DECRETO Nº 65.088, DE 24 DE JULHO DE 2020</u> Estende a medida de quarentena de que trata o Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020 (...) Artigo 1º - Observados os termos e condições estabelecidos no Decreto nº 64.994, de 28 de maio de 2020, fica estendida, até 10 de agosto de 2020, a vigência:

	I – da medida de quarentena instituída pelo Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020; II – da suspensão de atividades não essenciais no âmbito da Administração Pública estadual, nos termos do Decreto nº 64.879, de 20 de março de 2020. Artigo 2º - Este decreto entra em vigor em 31 de julho de 2020. (...)
22/07/2020	<u>DECRETO Nº 65.081, DE 21 DE JULHO DE 2020</u> Altera o Decreto nº 62.542, de 13 de abril de 2017, que regulamenta o Fundo Especial de Despesa - Coordenadoria de Gestão de Recursos Humanos, da Secretaria da Educação, instituído nos termos do Decreto-Lei Complementar nº 16, de 2 abril de 1970, e ratificado pela Lei nº 7.001, de 27 de dezembro de 1990 <u>DECRETO Nº 65.078, DE 21 DE JULHO DE 2020</u> Dispõe sobre a suspensão temporária da obrigatoriedade de pagamento de débitos decorrentes de inexecução de convênios firmados nos termos do Decreto nº 56.780, de 17 de fevereiro de 2011, e dá providências correlatas
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Agricultura e Abastecimento (SAA)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SAA -39, DE 22-07-2020</u> Dispõe sobre criação do Programa Paulista de Fitossanidade e Segurança Alimentar da Cultura da Banana
Desenvolvimento Social (SEDS)	GABINETE DA SECRETÁRIA (GS) <u>RESOLUÇÃO SEDS - 19 DE 21-7-2020</u> Estabelece os critérios para novos acolhimentos nas Comunidades Terapêuticas do Programa Recomeço em período de pandemia
Fazenda e Planejamento (SFP)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SFP-62, DE 23-7-2020</u> Divulga o valor da Receita Corrente Líquida acumulada de junho de 2019 a maio de 2020 <u>RESOLUÇÃO SFP - 60, DE 20-7-2020</u> Estabelece normas complementares para o pagamento das restituições de que trata o § 1º do artigo 5º da Lei 16.877, de 19-12-2018 <u>RESOLUÇÃO SFP - 59, DE 20-7-2020</u> Estabelece o protocolo sanitário de funcionamento das instalações da Secretaria da Fazenda e Planejamento durante a pandemia decorrente da Covid-19 COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA (CAF)

	<u>COMUNICADO CAF-G - 12</u> Divulga a quota-parte municipal do ICMS e do Fundo de Exportação dos recursos previstos no artigo 159, II da Constituição Federal, do mês de junho de 2020
Saúde (SS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS-111, DE 23-7-2020</u> Reitera a obrigatoriedade de envio de dados, diários a todos os hospitais públicos e privados do Estado de São Paulo, referentes aos casos suspeitos e confirmados de Covid-19 (Novo Coronavírus) e dá providências correlatas <u>RESOLUÇÃO SS - 108, DE 21-7-2020</u> Altera o Anexo I, da Resolução SS-73, de 31-05-2020, que dispõe sobre a "classificação das áreas de abrangência dos Departamentos Regionais de Saúde do Estado e respectivas fases", frente a Pandemia Covid 19 e dá providências correlatas <u>RESOLUÇÃO SS – 107, DE 20-7-2020</u> Estabelece orientações para a instrução de processos de convênios entre a Secretaria de Estado da Saúde, por meio da Coordenadoria de Defesa e Saúde Animal, com municípios e entidades da sociedade civil, para a execução do Programa Estadual de Identificação e Controle da População de Cães Gatos, e dá providências correlatas COORDENADORIA DE CONTROLE DE DOENÇAS (CCD) → Centro de Vigilância Sanitária (CVS) <u>PORTARIA CVS - 20, DE 23-07-2020</u> Disciplina, no âmbito do Sistema Estadual de Vigilância Sanitária – Sevisa, a atuação das clínicas, serviços e empresas de medicina do trabalho no enfrentamento da pandemia da Covid-19 <u>PORTARIA CVS-1, DE 22-7-2020</u> Disciplina, no âmbito do Sistema Estadual de Vigilância Sanitária – Sevisa, o licenciamento sanitário dos estabelecimentos de interesse da saúde e das fontes de radiação ionizante, e dá providências correlatas
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	REITORIA <u>RESOLUÇÃO GR-78, DE 24-07-2020</u> Dispõe sobre o Vestibular Unicamp 2021 para vagas no ensino de Graduação <u>RESOLUÇÃO GR-77/2020, DE 20-07-2020</u> Altera a Resolução GR 74/2020, que regulamenta o procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração dos candidatos negros (pretos e pardos), por aferição virtual, para fins de preenchimento das vagas reservadas no sistema de cotas étnico-raciais da Unicamp. <u>RESOLUÇÃO GR-76, DE 20-07-2020</u> Abertura das inscrições do Programa Complementar de Isenção de Pagamento da Taxa de Inscrição para o Vestibular Unicamp 2021

Universidade de São Paulo (USP)	REITORIA ↳ Pró-Reitorias ↳ ↳ Pró-Reitoria de Graduação (PRG) <u>RESOLUÇÃO COG - 7965, DE 21-7-2020</u> Estabelece normas para o Concurso Vestibular Fuvest 2021 da Universidade de São Paulo e dá outras providências
Publicação DOE Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
25/07/2020	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 490, DE 2020</u> Dispõe sobre a regulamentação da prestação do Serviço de Entrega Baseado em Tecnologia de Comunicação em Rede no Estado de São Paulo e dá outras providências. DOE, Legislativo, 25/07/2020, p. 6 <u>PROJETO DE LEI Nº 488, DE 2020</u> Classifica Caieiras como Município de Interesse Turístico. DOE, Legislativo, 25/07/2020, p. 6 <u>PROJETO DE LEI Nº 487, DE 2020</u> "Institui procedimentos a serem observados nas escolas e universidades públicas e privadas no âmbito do Estado de São Paulo para que haja o retorno das aulas presenciais, finda a quarentena havida em virtude da infecção causada pelo novo coronavírus e dá outras providências". DOE, Legislativo, 25/07/2020, p. 5 <u>PROJETO DE LEI Nº 486, DE 2020</u> "Fixa diretriz estadual para normatização da relação de trabalho entre os educadores da educação infantil ocupantes de cargos ou empregos públicos de qualquer denominação e o Estado de São Paulo e seus municípios e dá outras providências." DOE, Legislativo, 25/07/2020, p. 5
24/07/2020	PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 19, DE 2020</u> Altera a Lei Complementar nº 1.245, de 27 de junho de 2014 , que "institui a Bonificação por Resultados - BR aos integrantes das Polícias Civil, Técnico-Científica e Militar, e dá providências correlatas" DOE, Legislativo, 24/07/2020, p. 5 <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 18, DE 2020</u> Dá nova redação ao inciso IV do artigo 242º da Lei Complementar nº 10.261, de 1968 que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado. DOE, Legislativo, 24/07/2020, p. 4 PROJETOS DE LEI

	<u>PROJETO DE LEI Nº 485, DE 2020</u> Institui o Programa de Apoio ao Funcionário Público que se tornou Pessoa com Deficiência DOE, Legislativo, 24/07/2020, p. 5
23/07/2020	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 483, DE 2020</u> Dispõe sobre a imposição de multa para a prática de maus-tratos contra animais, cria o Fundo Estadual de Proteção Animal - FEPA e dá outras providências. DOE, Legislativo, 23/07/2020, p. 6 <u>PROJETO DE LEI Nº 482, DE 2020</u> Estabelece a capacitação em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como critério de desempate em concursos públicos e processos seletivos em âmbito estadual. DOE, Legislativo, 23/07/2020, p. 6 <u>PROJETO DE LEI Nº 481, DE 2020</u> Dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de placa informativa sobre interrupção de obras públicas estaduais e dá outras providências. DOE, Legislativo, 23/07/2020, p. 6 <u>PROJETO DE LEI Nº 480, DE 2020</u> Proíbe a cobrança pelo restabelecimento de serviços públicos no Estado de São Paulo e dá outras providências. DOE, Legislativo, 23/07/2020, p. 6 <u>PROJETO DE LEI Nº 479, DE 2020</u> Torna obrigatórias a gravação em áudio e vídeo e a transmissão ao vivo, via internet, de todos os processos licitatórios realizados pela Administração Pública Estadual direta e indireta. DOE, Legislativo, 23/07/2020, p. 6 <u>PROJETO DE LEI Nº 478, DE 2020</u> Torna obrigatória a divulgação do custeio de viagens de agentes políticos, servidores ou colaboradores públicos da Administração Pública Estadual direta e indireta e dá outras providências. DOE, Legislativo, 23/07/2020, p. 5 <u>PROJETO DE LEI Nº 477, DE 2020</u> Torna obrigatório o rastreamento por satélite dos veículos de propriedade ou a serviço da Administração Pública Estadual direta e indireta e dá outras providências. DOE, Legislativo, 23/07/2020, p. 5 <u>PROJETO DE LEI Nº 473, DE 2020</u> Estabelece a reversão da faixa de domínio da estrada vicinal Guaraú - Una, que liga o Município de Peruíbe e Iguape, para o Departamento de Estradas de Rodagens (DER), efetuando estadualização da referida estrada. DOE, Legislativo, 23/07/2020, p. 5 <u>PROJETO DE LEI Nº 472, DE 2020</u> Isenta da cobrança de ICMS os veículos novos (0km) adquiridos destinados ao uso exclusivo de transporte escolar em todo o

	território do Estado de São Paulo e dá outras providências. DOE, Legislativo, 23/07/2020, p. 5
22/07/2020	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 471, DE 2020</u> Autoriza o uso de aplicativo para o transporte de servidores e colaboradores da Administração Pública Estadual direta e indireta em deslocamentos a trabalho. DOE, Legislativo, 22/07/2020, p. 5 <u>PROJETO DE LEI Nº 470, DE 2020</u> Proíbe o uso de abraçadeiras de Nylon na realização de procedimentos cirúrgicos em animais no Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 22/07/2020, p. 5 <u>PROJETO DE LEI Nº 469, DE 2020</u> Dispõe sobre a transparência dos relatórios de vistorias técnicas realizadas em viadutos, pontes, túneis e passarelas no âmbito do Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 22/07/2020, p. 5 <u>PROJETO DE LEI Nº 468, DE 2020</u> Institui a Política Estadual de Promoção da Transparência e dá outras providências. DOE, Legislativo, 22/07/2020, p. 4 <u>PROJETO DE LEI Nº 467, DE 2020</u> Dispõe sobre medidas de transparência ativa e divulgação de informações pela Administração Pública Estadual direta e indireta e dá outras providências. DOE, Legislativo, 22/07/2020, p. 4
21/07/2020	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 466, DE 2020</u> Institui o Comitê Estadual de Acompanhamento, Controle Social e Fiscalização dos recursos recebidos pelo Estado de São Paulo em decorrência da Lei 14.017, de 29 de junho de 2020, e dá outras providências. DOE, Legislativo, 21/07/2020, p. 4
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
21/07/2020	<u>LEI Nº 17.406, DE 20 DE JULHO DE 2020</u> (PROJETO DE LEI Nº 327/18, DOS VEREADORES PAULO FRANGE – PTB E REIS – PT) Institui o Programa Municipal de Saúde Integral da População Negra da Cidade de São Paulo e dá outras providências

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva
maurosilva@sp.gov.br

Silvio Tadeu Brígido
sbrigido@sp.gov.br

Edson Prates
eprates@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

(11) 2193-8107 e 2193-8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor solicitar cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107